

USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: ASPECTOS PRÁTICOS DE UM CENTRO DE INFORMAÇÃO SOBRE MEDICAMENTOS (CIM) EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E SEU IMPACTO PARA A COMUNIDADE LOCAL

Thiago Eduardo De Lima Sechta
Julia Belgrowicz Martins
Francelise Bridi Cavassin
EIXO: Ensino-Serviço-Comunidade
Comunicação Oral (x)
Pôster Comentado ()

RESUMO

Introdução. Em todo o mundo, mais de 50% dos medicamentos são prescritos, dispensados ou vendidos de forma inadequada. Por outro lado, há os pacientes que não os utilizam corretamente, sendo essencial que a população receba informações adequadas. Tais informações devem ser imparciais, bem referenciadas e avaliadas criticamente sobre qualquer aspecto da prática farmacêutica. O Brasil, atendendo a recomendação da Organização Mundial da Saúde estabeleceu em 1998 a Política Nacional de Medicamentos. Tal documento determina diferentes prioridades relacionadas à informação de medicamentos, com destaque para a promoção do seu uso racional. Centros de informação sobre medicamentos (CIM) são um canal útil para divulgar essas informações. Inicialmente, a fim de solucionar eventuais dúvidas de profissionais médicos, enfermeiros e dentistas, esta prática ampliou o conceito sobre uso racional e proporcionou sua difusão pelo mundo. Dentre as atividades que cabe ao CIM, além de responder perguntas relacionadas ao uso de medicamentos, pode-se incluir: participar, de forma efetiva, de comissões; publicar material educativo/informativo; promover educação continuada; revisar e realizar atividades de pesquisa sobre o uso de medicamentos e até mesmo coordenar programas de farmacovigilância. Fato é que não existe CIM sem a primeira atividade, a de responder perguntas. Esta deve representar a maior parte dos trabalhos prestados pelos centros. Tais informações podem ser passivas ou ativas. A informação passiva ou reativa, é aquela oferecida em resposta à pergunta de um solicitante. Ou seja, desencadear a comunicação é iniciativa do solicitante. A informação ativa ou proativa é aquela em que a iniciativa da comunicação é do farmacêutico informador, que encontra uma via de comunicação para suprir as necessidades do público atendido (profissionais de saúde). **Objetivos.** Evidenciar a prática de integração ensino-serviço-comunidade através de um projeto de extensão acadêmica que informa, esclarece e promove sobre o uso racional de medicamentos, em ambiente institucional. **Métodos.** Uma das principais metodologias que se aplicam ao CIM é o Arco de Maguerez. Tal recurso permite estabelecer momentos de estudo através da problematização da realidade e a troca de experiências entre docentes e estudantes (ensino), beneficia um terceiro com a solicitação atendida (serviço) e, através da produção dos conteúdos a partir de uma única solicitação, boletins são divulgados para beneficiar a comunidade local (comunidade). **Resultados.** Adaptado às necessidades institucionais e ao projeto de extensão em si, as dúvidas enviadas ao CIM advêm dos colaboradores da instituição e as informações passivas fornecidas pelo serviço são realizadas por estudantes do curso de graduação em farmácia, amparados por professores farmacêuticos com experiência profissional na área. A dinâmica ocorre semanalmente, com quatro horas de dedicação semanais e os extensionistas dividem seu

tempo entre consultas ao formulário, pesquisa de literatura, discussão dos casos em grupo, elaboração das respostas e reenvio ao solicitante. Como uma das vertentes do projeto é a educação em saúde, caso seja identificado um potencial tema de interesse para ser abordado sobre saúde ou sobre o uso racional daquele medicamento ou classe de medicamento, uma versão simplificada no formato de boletim informativo é criada para ser disponibilizada para a comunidade local. Tais boletins, como, por exemplo, sobre interações fármaco-alimento, proporcionam a ideia correta de que não são todos os alimentos que devem ser utilizados em conjunto com determinados medicamentos. Outros temas incluem informações sobre fitoterápicos, uso da própolis, álcool e medicamentos em jejum. Com isso, a comunidade se beneficia de informações repassadas sobre eventuais dúvidas daqueles indivíduos que entraram em contato com o CIM. Dentre os benefícios pode-se citar a contribuição acerca de vias de administração, tempo de tratamento, forma correta de uso, esclarecimento de dúvidas sobre reações adversas, sobre como o medicamento funciona e para qual situação está sendo indicado pelo médico, de forma que as respostas promovam melhores maneiras de se alcançar o uso racional de medicamentos, evitando-se compras desnecessárias e por conseguinte reduzindo o estoque caseiro de medicamentos. A promoção do uso racional contribui ainda para a redução de custos desnecessários, da resistência microbiana (antibióticos) e do desenvolvimento de tolerância medicamentosa. **Conclusão.** A prática do CIM em um ambiente institucional é uma oportunidade de se integrar o ensino, o serviço e a comunidade local pois para os acadêmicos tal prática os aproxima da realidade profissional, adquire conhecimento acerca da produção de materiais técnico-científicos e promove a oferta do serviço em um ambiente propício para a interação com outros estudantes, docentes e colaboradores tornando possível debater assuntos sobre promoção da saúde e uso racional de medicamentos dentro a comunidade institucional.

Palavras-Chave: práticas de integração; uso racional de medicamentos; comunidade institucional.

REFERÊNCIAS:

Amundstuen Reppe L, Spigset O, Schjøtt J. Drug information services today: current role and future perspectives in rational drug therapy. *Clin Ther* 2016;38:414–21.

Laing R, Hogerzeil HV, Ross-Degnan D. Ten Recommendations to Improve the Use of Medicines in Developing Countries. *Health Policy and Planning*, 2001;16(1):13–20.

Malone PM, Kier KL, Stanovich JE. *A guide for pharmacists: drug information*. USA: McGraw-Hill Education Medical, 2014.

O farmacêutico na assistência farmacêutica do SUS: diretrizes para ação / Fernanda Manzini...[et al.]. – Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2015. 298 p.: il.

SILVA, V. E. Centro de Informação Sobre Medicamentos: Caracterização do Serviço e Estudo da Opinião dos Usuários. v. 1, p. 124, 2002.

VIDOTTI, Carlos C. F. et al. Sistema Brasileiro de Informação sobre Medicamentos - SISMED. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 1121-1126, Dec. 2000.

World Health Organization. WHO policy and perspectives on medicines: promoting rational use of medicines: core components. 2002.